

UDR defende prescrição no campo após 5 anos

BRASÍLIA — Com o argumento de que pretende defender a igualdade de direitos entre trabalhadores rurais e urbanos, a União Democrática Ruralista (UDR) vai apoiar no segundo turno de votações da Assembleia Nacional Constituinte a emenda do Deputado José Egreja (PTB-SP) que retira do texto aprovado a imprescritibilidade das ações trabalhistas para os que trabalham no campo.

Esta é a única alteração que a UDR quer fazer no texto já aprovado. Ela defenderá a manutenção do que foi aprovado sobre reforma agrária e anistia da correção monetária nas dívidas dos produtores rurais.

Segundo Lesmar Moura, Coordenador Geral da entidade, o texto aprovado no primeiro turno discriminou o trabalhador rural, quando previu a prescrição em cinco anos das ações trabalhistas impetradas por empregados de empresas urbanas, mas não deu prazo para os empregados no campo.

A UDR quer igualar as duas classes de trabalhadores, determinando que a ação tenha prazo prescricional de cinco anos, até o limite de dois anos após a extinção do contrato, nas lesões de direito originário das relações de trabalho, para trabalhador urbano ou rural.

Para acabar com a diferenciação, basta retirar do texto o dispositivo sobre trabalhador rural.

Receita já estuda seus anteprojetos à nova Carta

BRASÍLIA — A Secretaria da Receita Federal já está se preparando para a redação de anteprojetos de lei complementar às decisões da Constituinte. Tendo à frente o Secretário Substituto da Receita, Eivadir Antônio da Silva, um grupo de 14 técnicos tratará da reformulação do Código Tributário Nacional em função das mudanças determinadas pela Assembleia.

A adequação à realidade da futura Carta deverá alterar a base de cálculo de impostos e modificar o conceito de empréstimo compulsório. A reformulação do Código Tributário levará à extinção de cinco impostos únicos federais e à sua absorção pelo Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), criado pela Constituinte.

Pela nova Carta, a União poderá criar, através de lei complementar a ser aprovada pelo Congresso, tributos sobre grandes fortunas. Esta questão também merecerá análise dos técnicos da Receita Federal, que não estão trabalhando sozinho na tarefa de adequar a legislação à Constituição. A Seplan já está atuando neste sentido, especialmente no que se refere à definição de encargos que serão transferidos para os Estados e Municípios.

Mailson: Constituinte prejudica a economia

BRASÍLIA — O Ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, disse ontem que alguns dispositivos da nova Constituição, "claramente contra a economia de mercado", estão adiando a realização de novos investimentos no País.

Numa rápida avaliação sobre as medidas previstas pela Constituinte, em entrevista ao Programa "Bom Dia Brasil" da Rede Globo de Televisão, Mailson comentou que além de criarem despesas acima da capacidade de pagamento do País os constituintes poderão, se insistirem em manter as normas atuais, "inibir totalmente os investimentos".

Na sua opinião, o Governo federal deveria mobilizar suas Lideranças no Congresso para evitar que "medidas danosas à economia nacional" sejam aprovadas no segundo turno, como o tabelamento dos juros bancários em 12 por cento e a anistia das dívidas dos microempresários urbanos e pequenos agricultores.

Cabral dá parecer favorável a mudança no mandado de prisão

BRASÍLIA — O Relator da Constituinte, Bernardo Cabral (PMDB-AM), deu parecer favorável à emenda que propõe a supressão da palavra "judiciária" no inciso LXII do artigo quinto. Ele atendeu, desta forma, a solicitações apresentadas, no início da semana, pelo Ministro da Marinha, Henrique Sabóia, e pelo Consultor Geral da República, Saulo Ramos. Se a proposta for aprovada pelo plenário deixará de existir a exigência de mandado judicial para a realização de prisões.

O texto, já com a supressão, determina: "Ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade competente". O Presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, apoiou a decisão com a mesma justificativa do Ministro da Marinha: a necessidade de efetuar-se prisões a bordo de navios, longe de qualquer autoridade judiciária.

Ele negou, no entanto, influência do Palácio do Planalto na decisão.

— Não sei se o Presidente Sarney pediu isto. Atendemos as reivindicações porque nos pareceu justo. Procuramos uma solução equilibrada.

Ontem, três assessores parlamentares do Ministério do Exército estiveram no Prodasen, onde Cabral tem seu "quartel-general", em busca de informações sobre algumas emendas.

Após analisar 700 propostas, Cabral e Ulysses decidiram-se por recomendar à rejeição das emendas que



Cabral, ao centro, discute com Konder Reis, Adolpho Oliveira e José Fogaça

pediam a supressão dos direitos de herança e propriedade; da iniciativa privada como fundamento da República; do terrorismo e do tráfico de drogas como crimes inafiançáveis e imprescritíveis; e da eleição de representantes de trabalhadores em empresas com mais de 200 funcionários.

O Relator opinou por manter a autonomia política do Distrito Federal, mas ainda não se definiu pela data da eleição do futuro Governador, em 1990. O parecer sobre o voto facultativo aos 16 anos — combatido pelo

Palácio do Planalto — já está definido, mas o Deputado pretende divulgá-lo apenas na segunda-feira, para evitar mais uma discussão precoce.

Explicando a manutenção do direito de propriedade, Ulysses Guimarães usou um argumento do agrado dos liberais:

— A propriedade é um direito individual, embora com limitações no interesse da comunidade. Estamos num regime aberto política e economicamente, de livre iniciativa e livre concorrência.

Com o mesmo espírito, a Relatoria

pronunciou-se contra as emendas que excluíam a iniciativa privada dos princípios fundamentais da nova Carta, encaminhadas por partidos de esquerda. No direito de herança, atendeu parcialmente a ambos os lados. O direito foi mantido — como querem os "moderados" — mas com tributação progressiva — como exigem os "progressistas".

A manutenção do terrorismo e do tráfico de drogas entre os crimes inafiançáveis foi mais uma derrota da esquerda, que queria evitar a equiparação dos crimes de tortura e terrorismo, incluídos no mesmo artigo. Em compensação, o Relator se manifestou favorável ao direito dos trabalhadores elegerem representantes para negociar com os patrões em empresas com mais de 200 funcionários. Segundo Cabral, havia muitas emendas sugerindo a supressão deste artigo, mas o texto original foi de autoria do Líder do PT, Luiz Inácio Lula da Silva (SP), e de um dos líderes do Centrão, Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), que representam forças "aparentemente antagônicas", não se justificando a eliminação.

Cabral deverá concluir a análise das emendas até amanhã, ficando para domingo a revisão dos pareceres. Com isto, Ulysses se mostrou ainda mais otimista quanto à rápida conclusão do segundo turno. Para apressar o processo, ele deverá encaminhar a votação simbólica de emendas que visem apenas à correção do texto.

Emendas preservam decretos-leis

BRASÍLIA — Seis constituintes — entre eles o Líder do Governo na Câmara, Carlos Sant'Anna — apresentaram emendas ao artigo 29 das Disposições Transitórias, que rejeita todos os decretos-leis do Presidente da República que não tiverem sido apreciados pelo Congresso até a promulgação da nova Carta. As intenções dos autores vão desde a preservação de uma das prerrogativas do Presidente da República até a reabertura dos cassinos.

O decreto-lei, na forma como existe hoje, é tido pela maioria dos parlamentares como instrumento autoritário de diminuição das prerrogativas legislativas do Congresso. No corpo permanente da futura Carta, o plenário da Constituinte aprovou uma inversão: o Presidente poderá editar "medidas provisórias com força de lei", mas o decurso de prazo funcionará ao contrário. Se o Congresso não as aprovar dentro de 30 dias, estarão revogadas, e não aprovadas como acontece atualmente.

O Líder Carlos Sant'Anna propôs a eliminação do artigo das Disposições Transitórias que rejeita todos os decretos não apreciados pelo Congresso até a promulgação da futura Constituição alegando que seria criação de um vácuo nas relações por eles disciplinadas, "situação incompatível com o princípio de continuidade na ordem jurídica". Ele quer também a supressão do dispositivo do artigo que acaba com as funções normativas de diversos órgãos do Governo, como o Banco Central do Brasil, a Comissão de Valores Mobiliários, o Conselho Monetário Nacional, o Conselho Nacional de Segurança Privada, a Superintendência de Seguros Privados e o Instituto de Resseguros do Brasil. Até o momento, a questão dos decretos em tramitação



Sant'Anna: é preciso evitar um vácuo

não entrou na pauta de negociações.

O Deputado Mussa Demes (PFL-PI), ligado ao Governo e autor de uma das emendas, disse não ter sentido a rejeição dos decretos. Sua justificativa: o Congresso não se reuniu por causa do funcionamento da Constituinte.

O Deputado César Cals Neto (PDS-CE) apresentou emenda supressiva parcial, retirando o prazo final para apreciação dos decretos (até a promulgação da Constituição). Proposta do Deputado Aloysio Teixeira (PMDB-RJ) tem objetivo bem mais imediato do que a manutenção ou não de prerrogativas: visa à anulação do decreto do Presidente Dutra que proibiu o funcionamento de cassinos. Segundo o Deputado, o decreto nunca chegou a ser apreciado pelo

Congresso.

Os "progressistas" também apresentaram emendas. A Deputada Ana Maria Rattes (PSDB-RJ) propôs a eliminação da cláusula que protege os atos já praticados sob a vigência dos decretos. Segundo ela, os efeitos desses atos devem ser anulados, pois são, na sua maioria, prejudiciais ao interesse público e à coletividade. Seu companheiro de legenda, Deputado Sigmaringa Seixas (DF), propôs um acréscimo, com o objetivo de "clarificar o texto", determinando que ao Congresso caberá legislar sobre o assunto de cada decreto-lei rejeitado. Com isto, pretende evitar o retorno ao Congresso da mesma matéria, que poderia ser enviada pelo Presidente como medida provisória com força de lei.

Cerca de cem decretos-leis — incluindo o pacote fiscal que instituiu o Trileão e congelou a URP do funcionalismo — podem deixar de vigorar, se passar, como está, o texto aprovado no primeiro turno. Ficarão resguardados, porém, os atos praticados durante a vigência de todos os decretos, de modo que ninguém poderá, por exemplo, reclamar pagamento da URP que tenha deixado de receber. Até ontem, a Secretaria Geral do Congresso registrava um total de 111 decretos-leis ainda não apreciados, dos quais quatro, embora publicados no Diário Oficial, sequer tinham chegado ao Legislativo e 16 ainda não haviam sido lidos para conhecimento dos parlamentares. Dos 95 já inscritos na Ordem do Dia, a maioria não completou o período de 60 dias, a partir do qual os decretos entrarão na pauta por 10 sessões consecutivas, sendo aprovados por decurso de prazo se não forem votados. O pacote fiscal, por exemplo, só começará a contar as dez sessões no dia primeiro de agosto.

Não há verba para cumprir dispositivo sobre presídios

BRASÍLIA — O sistema penitenciário do País precisaria de CZ\$ 91 bilhões — uma vez e meia o orçamento do Governo federal para investimentos este ano no setor — para cumprir as exigências aprovadas no primeiro turno da Constituinte. Mas o Ministério da Justiça dispõe apenas de CZ\$ 440 milhões e um crédito suplementar de CZ\$ 3 bilhões, que poderá ser liberado esta semana.

De acordo com o artigo 5, inciso 49, da nova Carta, a pena deverá ser cumprida em estabelecimentos penais segundo a natureza do delito, sua gravidade, as condições em que foi praticada, a idade, o sexo e os antecedentes criminais do condenado.

Segundo o Diretor Geral do Departamento Penitenciário Nacional (Depen), Antônio Luiz Calderaro Teixeira, a realidade é bem diferente do que estabelece o texto aprovado:

— Não há recursos para uma separação tão cristalina dos detentos. E a continuar a atual deficiência do sistema penitenciário a situação pode tomar proporções incontroláveis.

A população carcerária do País é de 83.600 detentos para

Antônio Carlos não quer anistia a dívidas

O Ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, defendeu ontem, no Rio, a supressão, pela Constituinte, de dispositivos como a anistia aos microempresários urbanos e pequenos proprietários rurais, a licença-paternidade, a jornada de seis horas e o teto de 12 por cento para os juros bancários.

— Isto não pode constar na Constituição de um país civilizado — afirmou.

O Ministro acha impraticável realizar a Convenção nacional do PFL antes das eleições. Ele teme que, marcada para 15 dias após a promulgação da nova Carta, a Convenção coincida com o clima da campanha eleitoral. Além disso, comentou que a crise do PMDB fez com que ele esquecesse os problemas do PFL.

— Quando a casa do vizinho está queimando mais do que a nossa, a gente se preocupa com o vizinho.

A respeito da CPI do Senado que apura irregularidades no Governo federal, o Ministro reafirmou que divulgará o seu dossiê, que comprometerá os integrantes da Comissão. Para Antônio Carlos, o principal motivo para a formação da CPI foi tentar evitar a aprovação dos cinco anos para Sarney.

— A prova é que a comissão está morrendo por falta de oxigênio. A CPI deveria cuidar do absurdo que é cada senador ter direito a 75 funcionários — opinou.

apenas 41 mil vagas. Para cumprir razoavelmente as normas da Organização das Nações Unidas (ONU), das quais o Brasil é signatário desde 1955, além dos CZ\$ 91 bilhões de que necessitaria, de acordo com projeção do Depen, seria necessário construir mais 241 presídios para abrigar também aqueles que não estão presos por absoluta falta de espaço nas prisões. Há 214 mil mandados de prisão não cumpridos por esse motivo.

O Presídio Ari Franco, no Rio de Janeiro, por exemplo, tem 1.400 detentos para apenas 900 vagas. E o mais grave é que o estabelecimento está sendo utilizado como centro de triagem, obrigando o detento que está à espera de julgamento a conviver com criminosos de alta periculosidade.

Uma das consequências graves deste convívio é que o réu primário sai da prisão praticamente obrigado a servir de "pombo-correio" para os bandidos e para introduzir entorpecentes na prisão. Esta conclusão consta do relatório reservado elaborado pelo Depen, após inspeção feita em abril naquela penitenciária, na qual classifica o estabelecimento na categoria de "péssimo".

Segundo turno definirá o perfil ideológico do PMDB

BRASÍLIA — As disputas entre "conservadores" e "progressistas" do PMDB, que dividiram o partido nas votações do primeiro turno da Constituinte, não deverão se repetir no turno final. Pressionado pela proximidade de sua Convenção Nacional e pelas eleições municipais, o PMDB terá no segundo turno a chance de verificar qual a corrente dominante no partido, duramente abalado por 70 dissidências desde a instalação da Assembleia.

O Líder do PMDB, Deputado Nelson Jobim (RS), que integra o grupo "histórico" e acredita nesta possibilidade, aposta em uma opção progressista, que, segundo ele, poderá ser vista pelo comportamento da maioria da bancada nas votações finais. Seu raciocínio tem por base a proximidade da disputa municipal, período em que mesmo "constituintes mais conservadores estarão votando sempre com um olho nas eleições". A partir desta premissa, o Líder crê que dificilmente o PMDB — incluindo sua ala "conservadora" — suprima as conquistas sociais e trabalhistas, de grande apelo popular.

Jobim afirma, com segurança, que controla hoje 70 por cento da bancada — cerca de 150 a 170 votos dos 235 peemedebistas, que deverão variar de acordo com os temas em

apreciação. Estes números anunciados por ele são superiores à maioria que o Presidente do PSDB, Senador Mário Covas (SP), conseguia quando liderava o PMDB. Desde o início do primeiro turno, Covas lidava com uma bancada pouco fiel, na qual mais de cem integrantes não seguiam o Líder do partido, obedecendo à orientação do Centrão.

As vitórias obtidas por Covas nos pontos polêmicos sempre estiveram associadas a complexas negociações, aos votos dos partidos de esquerda e de alguns constituintes tidos como independentes.

Para arringimentar esta maioria interna, Jobim tem trabalhado com muito tato, tentando evitar que o plenário seja novamente o ringue da rivalidade entre "progressistas" e "conservadores" do partido. Ele rejeita qualquer menção à hipótese de que o PMDB, depois da recente bandada de 43 constituintes para o PSDB, esteja dominado pela ala "conservadora".

O ex-Líder Mário Covas acha que o PMDB será um partido "surpreendentemente coeso" nas votações do segundo turno.

— Agora o PMDB terá que assumir uma linha, saindo de cima do muro para uma posição progressista ou conservadora.

PSDB vai fechar questão para demonstrar unidade

BRASÍLIA — O PSDB apresentou 128 emendas ao texto constitucional que será votado no segundo turno. Entre elas, a supressão dos limites ao direito de greve e a extensão da reforma agrária às terras produtivas. Para demonstrar unidade, o partido pretende fechar questão em relação à maioria das matérias que serão votadas.

Em alguns temas, o partido entrará em choque com o PMDB — que abrigava a maioria de seus membros até o final do primeiro turno. Na questão da moção de censura a Ministros de Estado, por exemplo, o PSDB, que programaticamente se define como parlamentarista, descarta qualquer possibilidade de negociação, defendida pelo PMDB.

A supressão do dispositivo que excluiu a propriedade produtiva das terras

passíveis de desapropriação acabou sendo a emenda de honra do PSDB, com apoio unânime de todos os integrantes do partido.

Mesmo admitindo a dificuldade da supressão, os "tucanos" decidiram apresentar a emenda em homenagem ao Senador Mário Covas, que, quando liderava o PMDB, fez da reforma agrária uma de suas principais bandeiras.

No rol de emendas patrocinadas pela atual Liderança do PMDB, no entanto, não existe emenda referente à matéria.

Apesar de fechar questão na maioria dos temas, o PSDB pretende participar das negociações com os demais partidos. Antes de formalizar suas emendas junto à Mesa, os "tucanos" decidiram não oferecer sugestões que já estivessem na lista do PMDB ou dos partidos de esquerda.